

# **PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR (PCI) EM DIREITO DA REGULAÇÃO**

**Doutorado e Mestrado em Direito da Regulação**

## Características do Curso

---

### OBJETIVO GERAL

Nos termos da Portaria CAPES nº 120, de 26 de junho de 2023<sup>1</sup>, os Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) envolvem, conforme artigo 2º, III, do referido ato, turmas de MINTER e DINTER, definidos como “turmas de mestrado e de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) com programa de pós-graduação stricto sensu (PPG) reconhecido pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologado pelo ministro de Estado da Educação, nas dependências de uma instituição receptora localizada em regiões afastadas de centros consolidados em ensino e pesquisa, no território brasileiro ou no exterior”.

Seus objetivos centrais, de acordo com o artigo 3º da aludida Portaria, são:

I - viabilizar a formação de mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa, com igual padrão de qualidade;

II - subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação stricto sensu para reduzir assimetrias regionais;

III - auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa;

IV - qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho;

V - atender demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privadas;

VI - contribuir para o aumento da produtividade e competitividade das organizações brasileiras;

VII - promover a cooperação entre instituições acadêmicas e/ou não acadêmicas.

VIII - promover a redução de desigualdades sociais e a inclusão de grupos em condições de vulnerabilidade ampliando o acesso à pós-graduação stricto sensu”.

### CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO

Operacionalmente, a Portaria nº 120 indica, em seu artigo 2º, V, que a instituição receptora deve ser “instituição, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que atue no setor de ensino, pesquisa ou em atividades afetas à área de atuação do PPG promotor”. Ela “responderá pela garantia da infraestrutura de ensino e pesquisa, do apoio administrativo às atividades do projeto e do

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=12202#anchor>. Acesso em 07/10/2025.

acompanhamento e atendimento geral aos discentes e nela serão promovidas as atividades relativas ao desenvolvimento das turmas”, como indica o parágrafo 1º do mesmo dispositivo. Já a instituição promotora “responde pela promoção, gestão, coordenação acadêmica, titulação dos discentes e garantia do padrão de qualidade dos projetos, por intermédio, exclusivamente, de um de seus programas de pós-graduação stricto sensu reconhecidos, identificado como Programa Promotor, que responderá pela oferta da nova turma de mestrado e/ou de doutorado” (art. 2º, IV).

Os PCIs “deverão contar com dois coordenadores, sendo um deles do Programa Promotor e o outro da instituição receptora, os quais deverão ter seus dados informados à CAPES por meio da Plataforma Sucupira” (art. 6º).

A Portaria indica as diretrizes e obrigações das instituições envolvidas para a devida formalização e implementação dos PCIs, cabendo a cada uma das partes cumpri-las em seus exatos termos segundo as suas responsabilidades.

## **CARGA HORÁRIA**

### **Mestrado:**

**690** (seiscentos e noventa horas), distribuídas em:

- 6 (seis) créditos em disciplinas obrigatórias;
- 12 (doze) créditos em disciplinas eletivas;
- 5 (cinco) créditos de atividades supervisionadas, sendo:
  - 1 (um) crédito em publicação de trabalhos bibliográficos;
  - 2 (dois) créditos pela participação em Grupos Institucionais de Pesquisa;
  - 2 (dois) créditos livres em atividades previamente oferecidas no PPGD nos termos do parágrafo primeiro deste dispositivo ou em outros Programas de Pós-graduação stricto sensu, desde que previamente autorizadas pela coordenação do PPGD.
- 24 (vinte e quatro) créditos para orientação e apresentação da Dissertação, sendo:
  - Dissertação 1: formalizar a orientação até o final do semestre (4 créditos);
  - Dissertação 2: apresentar a versão atualizada do projeto de dissertação ao professor orientador e integralizar 2 (dois) créditos de atividades supervisionadas (4 créditos);
  - Dissertação 3: obter a aprovação no Exame de Qualificação (8 créditos);
  - Dissertação 4: depositar e defender a dissertação no prazo estipulado pela Coordenação do PPGD (8 créditos).

### **Doutorado:**

**1.125** (mil cento e vinte e cinco horas), distribuídas em:

- 3 (três) créditos na disciplina obrigatória “Desenho e Técnicas avançadas de Pesquisa”;
- 3 (três) créditos em disciplina obrigatória referencial de linha de pesquisa do Programa:
  - Teoria das Estruturas Regulatórias - Linha de Pesquisa: Governança Regulatória, Instituições e Justiça
  - Teoria das Estratégias Regulatórias – Linha de Pesquisa: Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias

- 15 (quinze) créditos em disciplinas eletivas;
- 48 (quarenta e oito) créditos em atividades de orientação, qualificação e depósito da tese, sendo:
  - Tese 1: formalizar a orientação até o final do semestre (4 créditos);
  - Tese 2: apresentar a versão atualizada do projeto de tese ao professor orientador (4 créditos);
  - Tese 3: participar nos Seminários de Tese I (4 créditos);
  - Tese 4: participar nos Seminários de Tese II e depositar versão final do projeto de tese (4 créditos);
  - Tese 5: participar nos Seminários de Tese III (8 créditos);
  - Tese 6: obter a aprovação no Exame de Qualificação (8 créditos);
  - Tese 7: desenvolver a tese de doutorado e integralizar os créditos do curso (8 créditos);
  - Tese 8: depositar a tese no prazo estipulado pela Coordenação do PPGD (8 créditos).
- 15 (quinze) créditos em atividades supervisionadas, sendo:
  - 9 (nove) créditos em publicação de trabalhos bibliográficos;
  - 2 (dois) créditos pela participação na oficina de formação docente;
  - 2 (dois) créditos pela participação em grupos institucionais de pesquisa;
  - 2 (dois) créditos livres.

Cada disciplina do Programa possui 45 horas, o que corresponde, nos termos do **Regulamento do Curso**<sup>2</sup>, que constitui parte integrante da presente proposta, a 3 créditos. Cada atividade supervisionada corresponde a 15h, exceto no cômputo do crédito de publicação.

### DEMAIS OBRIGAÇÕES DOS DISCENTES

Nos termos do Regulamento do curso, além da integralização dos créditos, caberá ao aluno cumprir:

- A aprovação em exame de qualificação;
- A aprovação na banca de defesa da dissertação ou tese, conforme modalidade do curso.

### METODOLOGIA

Os cursos serão desenvolvidos em torno de seminários ou aulas orientadas na exposição dialogada que estimulem a participação contínua do grupo, instigando a reflexão, o debate e a troca de informações relacionadas ao programa dos cursos.

---

<sup>2</sup> Disponível em [https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u4091/regulamento\\_ppgd\\_revisado\\_09\\_02\\_2021.pdf](https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u4091/regulamento_ppgd_revisado_09_02_2021.pdf).

## Demais dados do curso

---

### PCI: Mestrado em Direito da Regulação

- Cursos oferecidos: mestrado e doutorado acadêmicos;
- Instituição promotora: FGV Direito Rio;
- Área de concentração: Direito da Regulação;
- Linhas de pesquisa: GOVERNANÇA REGULATÓRIA, INSTITUIÇÕES E JUSTIÇA; ECONOMIA, INTERVENÇÃO E ESTRATÉGIAS REGULATÓRIAS;
- Instituição receptora: Instituto Serzedello Corrêa (ISC), a Escola Superior de Governo do Tribunal de Contas da União;
- Coordenador do Programa Promotor: Prof. Fernando Leal;
- Cocordenador acadêmico do PCI: Prof. Bruno Dantas;
- Coordenador da instituição receptora: a definir;
- Tempo máximo de duração do curso de mestrado: 24 meses;
- Tempo máximo de duração do curso de doutorado: 48 meses;
- Todas as disciplinas obrigatórias serão ofertadas uma vez durante o tempo de duração do curso;
- Disciplinas eletivas ofertadas: 7;
- Total de disciplinas ofertadas para os dois cursos: 12;
- Grupos de pesquisa institucionais: 2, com 30h de duração/cada;
- Disciplinas de 45 horas divididas em blocos presenciais e síncronos mediados por tecnologia (estes correspondendo a 1/3 do total da carga horária de cada disciplina);
- Grupos de pesquisa de 30 horas, distribuídas durante o semestre letivo, com, no máximo 40% da carga horária, por Zoom, em modelo síncrono;
- Público-alvo: portadores de diploma de graduação (para o curso de mestrado) e mestres (para o curso de doutorado) interessados no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa que cumpram as demais condições indicadas no edital de seleção;
- Número de vagas ofertadas no edital do processo seletivo: 45 no total, sendo até 30 para o curso de mestrado e até 15 para o curso de doutorado;
- Número mínimo de alunos pagantes para a viabilidade do curso: 20 para o curso de mestrado e 8 para o curso de doutorado;
- Número de vagas gratuitas destinadas à instituição receptora: 3 para o curso de mestrado e 3 para o curso de doutorado;
- Corpo docente: Integrado pelos docentes permanentes do PPGD da FGV Direito Rio e eventuais docentes colaboradores e convidados;
- Os professores orientadores, integrantes do corpo docente do PPGD da FGV Direito Rio, serão designados pela coordenação da instituição promotora, privilegiando, sempre que possível, as opções dos discentes, mas evitando concentração de orientações em poucos professores e buscando sempre a distribuição equilibrada;
- Valor do investimento como fonte principal de custeio do curso: R\$ 4.492,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais) por aluno, observados os números mínimos para a viabilidade do curso apresentados anteriormente;

- Os custos operacionais com deslocamento, hospedagem e diárias dos professores não serão arcados pela instituição promotora;
- Serão de responsabilidade da FGV Direito Rio os processos acadêmicos do curso, como, por exemplo, o cadastro da turma, a definição do calendário acadêmico, a homologação dos exames de qualificação e bancas de dissertação, a seleção, a matrícula e a titulação dos discentes em conformidade com o regulamento do curso, a definição das formas de avaliação das disciplinas e a homologação das orientações;
- Caberá à instituição receptora o desempenho das atividades de apoio e suporte ao curso, a garantia da infraestrutura de ensino e pesquisa, do apoio administrativo às atividades do projeto e do acompanhamento e atendimento geral aos discentes, além da divulgação local do curso, com aprovação prévia da FGV das peças de marketing confeccionadas para tal finalidade;
- Caberá à instituição receptora preencher as condições formais para ser considerada pela Capes como tal e colaborar para o atendimento de todas as demandas regulatórias fixadas pela Capes para a avaliação do Programa promotor do curso de acordo com o mais elevado critério possível;
- A concepção do processo seletivo caberá à instituição promotora, ouvida a instituição receptora, responsável por conduzir os processos locais e garantir as condições para a realização de cada uma das etapas, inicialmente assim organizadas: prova de língua inglesa, prova de conhecimentos específicos a ser elaborada com base em bibliografia indicada no edital e, para candidatos ao curso de doutorado, envio de projeto de tese, além de entrevista com professores da FGV Direito Rio (para todos os candidatos).

## DISCIPLINAS E GRUPOS DE PESQUISA

### *Disciplinas obrigatórias*

- Teoria do Estado Regulador - 45 horas (3 créditos)
- Metodologia da Pesquisa em Direito - 45 horas (3 créditos)
- Teoria das Estruturas Regulatórias - 45 horas (3 créditos)
- Desenho e Técnicas Avançadas de Pesquisa - 45 horas (3 créditos)
- Teoria das Estratégias Regulatórias - 45 horas (3 créditos)

### *Possíveis disciplinas eletivas*

- A Produção Normativa dos Órgãos Reguladores - 45 horas (3 créditos)
- **ou**
- Participação e transparência em processos regulatórios - 45 horas (3 créditos)
- **+**
- Análise Econômica do Direito - 45 horas (3 créditos)
- Regulação e Concessões em Infraestrutura - 45 horas (3 créditos)
- Teoria da Regulação - 45 horas (3 créditos)
- Consequencialismo, racionalidade e decisão regulatória - 45 horas (3 créditos)
- Agências reguladoras e controle externo - 45 horas (3 créditos)
- Controle da Administração Pública - 45 horas (3 créditos)
- **ou**
- Regulação de risco - 45 horas (3 créditos)

### *Possíveis grupos de pesquisa*

- Regulação em Números - 30 horas (2 créditos)
- Regulação ambiental e transição energética - 30 horas (2 créditos)

### **Proposta de organização das aulas das disciplinas**

As 45 horas de cada disciplina serão divididas em 3 blocos:

- Encontro de apresentação: 3h (mediados por tecnologia em modalidade síncrona);
- Encontros de preparação: 12h distribuídas em 3 encontros de 4h/cada, mediados por tecnologia em modalidade síncrona;
- Seminários: 30h presenciais, iniciados uma semana após a conclusão do último encontro de preparação. Eles serão organizados em 5 encontros de 6h/cada. Cada encontro será oferecido uma vez por semana nas dependências da instituição receptora com uma pausa de uma semana após as duas primeiras semanas;
- Duas disciplinas serão oferecidas concomitantemente, sendo:
  - a primeira com encontros mediados por tecnologia às segundas e quartas entre 17h e 21h e, na fase de seminários, às quintas-feiras (das 14h às 20:15);
  - a segunda com encontros mediados por tecnologia às terças e quintas entre 17h e 21h e, na fase de seminários, às sextas-feiras (das 9:30 às 12:30 e das 14h às 17h);

- Cada par de disciplinas se prolongará, como regra, por 9 semanas;
- Cada semestre letivo englobará 4 disciplinas, sendo:
  - 2 nos meses de março e abril;
  - 2 nos meses de maio e junho;
  - 2 nos meses de agosto e setembro;
  - 2 nos meses de outubro e novembro.
- No presente modelo, as 12 disciplinas serão ofertadas em 3 semestres letivos.